

Sumário

Capítulo 1 ▶	A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL	19
1.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA E COMPOSIÇÃO	19
2.	DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA	22
3.	COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	22
4.	PRINCÍPIOS INFORMADORES	25
4.1.	Universalidade da cobertura e do atendimento	26
4.2.	Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	26
4.3.	Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	27
4.4.	Irredutibilidade do valor dos benefícios	29
4.5.	Equidade na forma de participação no custeio	30
4.6.	Diversidade da base de financiamento	31
4.7.	Gestão quadripartite	32
4.8.	Solidariedade	33
4.9.	Precedência da fonte de custeio ou contrapartida	35
4.10.	Orçamento diferenciado	37
4.11.	Tabela dos princípios da seguridade social	37
5.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	39
5.1.	Evolução e definição	39
5.2.	Objetivos, princípios e diretrizes	41
5.3.	O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	43
5.4.	Benefício do amparo assistencial ao idoso ou deficiente carente (BPC/LOAS)	50
5.5.	Outros benefícios assistenciais	69
5.6.	Auxílio-inclusão	72
5.7.	Seguro-defeso	74
6.	SAÚDE	76
6.1.	Introdução, definição e natureza jurídica	76
6.2.	O Sistema Único de Saúde	80
6.3.	Princípios	81

7.	PREVIDÊNCIA SOCIAL	82
7.1.	Noções gerais	82
7.2.	Evolução histórica mundial e brasileira	83
7.3.	Definição e abrangência	90
7.4.	Classificação dos sistemas previdenciários	91
7.5.	Planos previdenciários brasileiros	91
	7.5.1. <i>Planos básicos</i>	93
	7.5.2. <i>Planos complementares</i>	96
7.6.	Fontes, autonomia, interpretação e aplicação do Direito Previdenciário e sua relação com os demais ramos jurídicos	97
 Capítulo 2 ▶ CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL		107
1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS	107
2.	A RELAÇÃO JURÍDICA DE CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	110
3.	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL EM ESPÉCIE	111
	3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei	113
	3.2. Contribuições do trabalhador e dos demais segurados do RGPS	117
	3.3. Concurso de prognósticos	119
	3.4. Contribuição do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar	120
4.	ARRECADAÇÃO	122
5.	IMUNIDADE	124
6.	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL OU NOVENTENA	134
7.	CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO DA SEGURIDADE SOCIAL	136
8.	PROGRESSIVIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES DAS EMPRESAS	138
9.	MORATÓRIA, PARCELAMENTO, ANISTIA E REMISSÃO	139
10.	DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO	140
 Capítulo 3 ▶ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRINCÍPIOS INFORMADORES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		143
1.	COBERTURA E ADMINISTRAÇÃO	143
2.	LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, SISTEMÁTICA E CARACTERÍSTICAS	145
3.	ENTIDADES E ÓRGÃOS PREVIDENCIÁRIOS	147
	3.1. Conselho Nacional da Previdência	147

3.2.	Instituto Nacional do Seguro Social.....	149
3.3.	Conselho de Recursos da Previdência Social	149
4.	PRINCÍPIOS INFORMADORES	151
4.1.	Princípio da Contributividade	152
4.2.	Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	152
4.3.	Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial	153
4.4.	Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	154
4.5.	Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais	155
4.6.	Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	156
4.7.	Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	157
4.8.	Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	158
4.9.	Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo.....	159
4.10.	Princípio da Previdência Complementar Facultativa.....	160
4.11.	Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social.....	161
4.12.	Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	161
4.13.	Automaticidade das Prestações.....	163
	Capítulo 4 ► SEGURADOS OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	165
1.	INTRODUÇÃO	165
2.	SEGURADOS OBRIGATÓRIOS.....	167
2.1.	Segurado empregado.....	167
2.2.	Segurado empregado doméstico.....	174
2.3.	Segurado trabalhador avulso	175
2.4.	Segurado especial	177
2.5.	Segurado contribuinte individual.....	186
3.	SEGURADOS FACULTATIVOS.....	195
4.	FILIAÇÃO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	197
5.	INSCRIÇÃO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	203
	Capítulo 5 ► SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	209
1.	INTRODUÇÃO E DEFINIÇÃO.....	209
2.	LIMITE MÍNIMO E MÁXIMO.....	211

3.	COMPLEMENTAÇÃO, AGRUPAMENTO E TRANSFERÊNCIA DO EXCEDENTE DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO	214
4.	COMPOSIÇÃO	218
5.	PARCELAS INTEGRANTES E NÃO INTEGRANTES	224
Capítulo 6 ► CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		239
1.	DESTINAÇÃO E ESPÉCIES	239
2.	NATUREZA JURÍDICA E FATO GERADOR	240
3.	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS TRABALHADORES E DEMAIS SEGURADOS	241
3.1.	Segurado empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico...	242
3.2.	Segurado contribuinte individual e facultativo	246
3.3.	Segurado especial	249
4.	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DAS EMPRESAS E EQUIPARADOS A EMPRESA	252
4.1.	Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos	254
4.2.	Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	261
4.3.	Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho (estudo histórico).....	262
5.	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO EMPREGADOR DOMÉSTICO	263
6.	CONTRIBUIÇÕES SUBSTITUTIVAS DA COTA PATRONAL	267
6.1.	Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional	267
6.2.	Produtor rural pessoa física.....	267
6.3.	Produtor rural pessoa jurídica.....	270
7.	A RETENÇÃO FEITA PELO CONTRATANTE DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA...	273
8.	HIPÓTESES DE RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA	275
8.1.	Construção civil.....	276
8.2.	Empresas do mesmo grupo econômico.....	277
8.3.	Gestores dos entes da Administração Pública Indireta	278
8.4.	Administração Pública	278
8.5.	Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	279
8.6.	Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados.....	279
8.7.	Trabalho temporário	279
8.8.	Oficial de Cartório e contratantes	280
9.	ARRECADÇÃO	280

10.	ENCARGOS DECORRENTES DO ATRASO E REGRAS DE PARCELAMENTO	289
11.	RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	290
12.	OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DAS EMPRESAS	293
13.	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO	296
Capítulo 7 ▶ ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS		301
1.	INTRODUÇÃO	301
2.	DEFINIÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO	303
3.	DOENÇAS OCUPACIONAIS (EQUIPARADAS).....	304
4.	ACIDENTE DE TRABALHO POR EQUIPARAÇÃO	306
5.	RECONHECIMENTO	309
6.	SEGURADOS COM COBERTURA PREVIDENCIÁRIA.....	310
7.	PRESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS ACIDENTÁRIOS	312
8.	PRINCIPAIS CONSECUTÓRIOS DO RECONHECIMENTO DO ACIDENTE DE TRABALHO	313
9.	RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO.....	314
10.	AÇÃO REGRESSIVA DO INSS CONTRA A EMPRESA NEGLIGENTE.....	315
Capítulo 8 ▶ REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....		321
1.	ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	321
2.	DEPENDENTES DOS SEGURADOS.....	324
2.1.	Classe I.....	327
2.2.	Classe II	340
2.3.	Classe III	343
3.	TEMPO DE SERVIÇO E DE CONTRIBUIÇÃO, CONTAGEM RECÍPROCA E INDENIZAÇÃO AO INSS.....	345
4.	MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO NO PERÍODO DE GRAÇA.....	363
5.	PERÍODO DE CARÊNCIA.....	371
6.	FATOR PREVIDENCIÁRIO	391
7.	SALÁRIO DE BENEFÍCIO E CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS.....	397
8.	RENDA MENSAL INICIAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	408
Capítulo 9 ▶ BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		413
1.	INTRODUÇÃO	413
2.	APOSENTADORIA E CONTRATO DE TRABALHO.....	414

3.	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	417
4.	APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS	439
4.1.	Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico	443
4.2.	Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais	470
5.	APOSENTADORIAS ESPECIAIS	483
5.1.	Aposentadoria especial por exposição aos agentes nocivos	485
5.2.	Aposentadoria das pessoas com deficiência	513
6.	REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS APOSENTADORIAS – EMENDA 103/2019	519
6.1.	Artigo 15 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	520
6.2.	Artigo 16 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	522
6.3.	Artigo 17 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	524
6.4.	Artigo 18 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	526
6.5.	Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	528
6.6.	Artigo 21 – Aposentadorias especiais por agentes nocivos – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	530
7.	AUXÍLIO-DOENÇA (AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA)	535
8.	SALÁRIO-FAMÍLIA	551
9.	SALÁRIO-MATERNIDADE	557
10.	AUXÍLIO-ACIDENTE	570
11.	PENSÃO POR MORTE	581
12.	AUXÍLIO-RECLUSÃO	612
13.	ABONO ANUAL	628
14.	SERVIÇO SOCIAL	629
15.	HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	629
16.	ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS	633

Capítulo 10 ▶	TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	641
1.	PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	641
1.1.	Programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios geridos pelo INSS	647
2.	JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA	649
3.	CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DE BENEFÍCIOS	654
4.	AUTOTUTELA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	655
5.	DECADÊNCIA DECENAL PARA A REVISÃO OU IMPUGNAÇÃO DE ATO DE INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E PRESCRIÇÃO QUINQUENAL	657
6.	REAJUSTAMENTO DA RENDA MENSAL DOS BENEFÍCIOS	666
7.	DESCONTOS LEGALMENTE AUTORIZADOS NOS BENEFÍCIOS	666
8.	DÉBITO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	675
9.	DIREITO ADQUIRIDO	675
10.	RENÚNCIA DA APOSENTADORIA (DESAPOSENTAÇÃO)	677
11.	O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COMO PRESSUPOSTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL CONTRA O INSS	679
12.	IMPENHORABILIDADE, INALIENABILIDADE E INDISPONIBILIDADE DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	683
13.	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL	684
14.	QUESTÕES PROCESSUAIS DOS JUIZADOS FEDERAIS	690
15.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	695
16.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA	696
Capítulo 11 ▶	REGRAS GERAIS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	697
1.	DISPOSIÇÕES INICIAIS E INOVAÇÕES DA EMENDA 103/2019	697
2.	SEGURADOS	708
3.	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	713
4.	CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS	720
5.	BENEFÍCIOS	722
5.1.	Novas regras de aposentadorias com o advento da Emenda 103/2019	734
5.2.	Aposentadoria compulsória por idade	748
5.3.	Pensão por morte	752
5.4.	Abono de permanência	761
5.5.	Regras de transição da EC 103/2019	761

Capítulo 12 ▶	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	773
1.	REGIME DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS	773
2.	REGIME PRIVADO	778
2.1.	Introdução	778
2.2.	Características gerais.....	782
2.3.	Disposições comuns aos planos de benefícios dos entes abertos e fechados.....	788
2.4.	As entidades fechadas e os seus planos de benefícios.....	791
2.5.	As entidades abertas e os seus planos de benefícios.....	802
2.6.	Intervenção e liquidação extrajudicial dos entes previdenciários privados.....	803
2.7.	A relação da administração pública com as suas entidades fechadas de previdência complementar.....	806
3.	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS.....	809
3.1.	Introdução	809
3.2.	Entidades fechadas – FUNPRESPs.....	815
3.3.	Plano de benefícios	818
3.4.	Benefício especial	819
3.5.	Plano de custeio e contribuições previdenciárias	823
3.6.	Recursos garantidores	825
3.7.	Controle e fiscalização	826
3.8.	Vigência do regime previdenciário	827
Capítulo 13 ▶	APÊNDICE ESPECIAL: CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	829
1.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.....	829
2.	SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	833
3.	FALSIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	836
4.	ESTELIONATO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	838
Referências.....		839